Teoria Crítica e a Desnaturalização do Terceiro Setor:[1] a Urgência de Novas Sínteses[2]

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio[3]

Mário Aquino Alves[4]

Resumo

O artigo discute a produção acadêmica brasileira sobre Terceiro Setor no campo de conhecimento da Administração. Para tanto, os autores recorrem aos estudos críticos em organizações, problematizando os fenômenos recentes da sociabilidade nacional que marcam a emergência do Terceiro Setor. Racionalidade e instrumentalidade nas organizações nãogovernamentais, voluntariado e responsabilidade social são interpretados à luz dos recortes conceituais da tradição analítica da Escola de Frankfurt e autores que dialogam com os temas centrais da análise crítica. Com isso, pretende-se avançar na construção de novas agendas de investigação sobre o Terceiro Setor no país, descortinando os embates teórico-metodológicos em torno das idéias de emancipação, modernização gerencial e inclusão social. O ensaio se encerra indicando as possibilidades de desconstrução de narrativas gerencialistas enaturalizantes sobre o tema, bem como os desafios que se apresentam na superação dialética dos discursos voluntaristas, éticos e inclusivistas na literatura brasileira sobre Terceiro Setor.

Introdução

O presente ensaio teórico se propõe a discutir os embates explícitos e implícitos dos discursos que marcam a emergência do Terceiro Setor no Brasil como fenômeno da sociabilidade contemporânea e também da produção científica em Administração, recorrendoa elementos constitutivos do campo de Estudos Críticos em Organizações.

A forma como Terceiro Setor aparece na mídia, no discurso de lideranças políticas, sociais e empresariais, além de parte considerável da produção científica em Administração, parece remeter a uma nova tendência, que se instaurou para modernizar e sepultar vários anacronismos. Esses textos, que muitas vezes se declaram críticos quanto à realidade, na medida em que propõem a reflexão sobre temas como inclusão social, movimentos sociais e efetividade das políticas sociais, na grande maioria dos casos não conseguem dar conta dos desafios que o Terceiro Setor coloca a uma análise realmente crítica da realidade. As promessas do Terceiro Setor são muitas, em várias frentes, e se colocam para muitos como uma nova utopia a seguir. Contra as agruras do individualismo, a falta de moralidade política e empresarial, do assistencialismo e a ineficiência da máquina

---

[1] TEODÓSIO, A. S. S.; ALVES, M. A. Teoria Crítica e a Desnaturalização do Terceiro Setor: a urgência de novas sínteses. In: **Encontro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 04-06/06/, pp. 1-17.

[2] Artigo agraciado com o Prêmio Fernando Cláudio Prestes Motta de melhor trabalho apresentado no evento.

[3] teodosio@pobox.com; www.teodosio.xpg.com.br; www.armindoteodosio.blogspot.com

[4] maalves@fgvsp.br.

pública se apresentariam como panacéias o voluntariado, a participação popular, a responsabilidade social corporativa e o gerencialismo na administração pública. Essas novas utopias se constroem ora explicitamente, ora implicitamente em discursos e abordagens sobre o Terceiro Setor no Brasil.

O momento da produção científica sobre Terceiro Setor no Brasil, em especial no campo da Administração, onde é predominante, reproduz essa tendência e merece uma profunda reflexão por parte dos pesquisadores do campo de estudos organizacionais, principalmente aqueles que seguem uma vertente crítica que entende, assim como Guerreiro Ramos em *A Redução Sociológica*, que devemos construir o conhecimento sobre os fenômenos nacionais partindo da nossa própria realidade. Aliás, Edson Sadao Iizuka e Hironobu Sano, em artigo apresentado no ENANPAD de 2004, ao analisarem a literatura nacional sobre Terceiro Setor no campo da Administração, mostraram que a produção é ainda pequena e, em geral, com qualidade ainda a desejar.

Portanto, mesmo em tempos de "publicar ou perecer", o crescimento do número de artigos sobre um tema e a entrada de novos pesquisadores no campo de estudos sobre Terceiro Setor não necessariamente podem representar avanço para a compreensão dos fenômenos sócio-políticos que marcam essa realidade. Nesse ponto, uma agenda dentro do marco dos Estudos Críticos em Organizações, inspirada na Teoria Crítica frankfurtiana, precisa primeiro desnaturalizar os fenômenos que são incorporados ao "universo administrado" do Terceiro Setor, por meio do pensamento gerencialista que se difunde na academia e no "mundo da vida". Voluntariado, Racionalidade Substantiva e Responsabilidade Social podem ser ressignificados a partir dessa compreensão, desnudando processos dialéticos de construção da solidariedade e do altruísmo em um mundo cada vez mais "administrado", conforme Adorno e Horkheimer.

Teoria Crítica e a Desconstrução do "Mundo Administrado"

Dentre as tradições teóricas que contribuíram para os Estudos Críticos em Administração (ALVESSON e WILLMOTT, 1992, 1996; ALVESSON e DEETZ, 2000), a mais influente é a Teoria Crítica, também conhecida como Escola de Frankfurt. Entre as décadas de 1930 e 1960 seus mais conhecidos expoentes, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, conseguiram construir uma estrutura analítica que possibilitasse o entendimento dos fenômenos sociais deflagrados na Modernidade (HELD, 1980).

Como destaca Marcos Nobre (2004, p.60), levar os estudos críticos a responderem a novas perguntas "é levar a Teoria Crítica adiante, e não simplesmente encontrar para ela um lugar anódino no arquivo morto da história do pensamento". Mas pode-se ir além e dizer que, dentro da tradição crítica, o novo carrega muito do passado que, por sua vez, dialeticamente, carrega em si a potência da novidade e da transformação social.

A Teoria Crítica se apresenta como um constructo capaz de melhor compreender o movimento de superação do capital, quer seja por carregar em si simultaneamente o questionamento e a meta da emancipação dos indivíduos e da sociedade, quer seja por entender as mudanças sociais e, portanto, aquilo que se apresenta como novo, a partir de uma dinâmica dialética de transformação social. Sendo assim, não cabe dizer que não há nada de novo sob o sol, mas também de desconfiar daquilo que se apresenta como inteiramente novo. A história dos homens é uma síntese entre continuidades e rupturas.

Para se compreender a Teoria Crítica, deve-se, antes de tudo, voltar às suas origens epistemológicas: o materialismo histórico de Marx e a crítica da razão de Nietzsche (HORKHEIMER, 1986).

Assim como Marx, os frankfurtianos denunciaram como ideológicas as manifestações do pensamento forjadas na dinâmica de relações sociais, que ao naturalizarem estas relações e, conseqüentemente, desconsiderarem seu caráter histórico e dialético, expressariam uma visão limitada e distorcida da realidade (HELD, 1980). Para os frankfurtianos, a crítica da ideologia não se faz apenas pelo exame da ideologia em si. É necessário ir além, ou seja, compreender qual é a racionalidade da sociedade industrial avançada, que conseguiu monopolizar todo o pensamento de acordo com a sua própria lógica de produção e consumo de massa. Neste ponto a Teoria Crítica se distanciou de Marx. Se para este último, a razão e a ciência possuíam um caráter emancipatório intrínseco, para os frankfurtianos a racionalização extremada do capitalismo industrial conduziu, dialeticamente, às formas mais elevadas deopressão e aprisionamento do ser humano (HELD, 1980).

Nesse ponto, cabe destacar que a noção de verdade na Teoria Crítica, seguindo um estatuto do próprio processo de Modernidade, reside no esforço de desvelar as estruturas de dominação e alienação da realidade presentes no imaginário social contemporâneo. Ainda que influenciados por Nietzsche, os pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt, notadamente Adorno e Horkheimer, não abdicam da herança marxista de uma verdade capaz de romper as estruturas de dominação e alienação.

Para Marshall Berman, autores como Marx e Nietzsche seriam representantes do ideário modernista, dentro do qual se concebe uma "luz no fim do túnel" no motor da história dos homens, ainda que as instâncias de dominação e alienação do mundo moderno fossem tamanhas.

A Teoria Crítica pode ser considerada uma construção do pensamento da Modernidade. Penetrando no universo da produção cultural, o capitalismo industrial se espraia e perpetua novas formas de dominação e alienação. Ainda assim, diante de tamanho "pessimismo", a Teoria Crítica mantém a noção de superação dialética do sistema, ainda que com tons mais pessimistas diante dos desdobramentos da Modernidade no século XX.

Herbert Marcuse (1973) observou a manifestação atual, da ideologia no pensamento unidimensional da sociedade industrial pós-Segunda Guerra. No processo de produção em massa característico da sociedade industrial, instalou-se a ideologia, que, por sua vez, difundiu-se no consumo massificado. "Os produtos doutrinam e manipulam, promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade [...] a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade, torna-se um estilo de vida" (MARCUSE, 1973, pp. 32).

A racionalidade técnica constitui-se no aspecto da razão que norteia a organização da sociedade capitalista centrada no mercado. Por meio da mais avançada e produtiva tecnologia disponível, um crescente fluxo de benefícios econômicos é gerado; a tecnologia avançada é entendida como uma coisa boa em si mesma; as questões políticas são redefinidas como problemas científicos e tecnológicos. "A racionalidade científica favorece uma organização social específica precisamente porque projeta mera forma [...] que pode atender praticamente a todos os fins. A formalização e a funcionalização constituem a 'forma pura' de uma prática social concreta". (MARCUSE, 1973, p. 152).

Para a primeira geração dos frankfurtianos e também para Marcuse e Habermas, a ciência que se instaura com o advento da Modernidade reifica as relações fundamentais do indivíduo com o meio, incorporando a aura que anteriormente os ritos ocupavam no

imaginário do homem e, assim, transformando o próprio sujeito em mero objeto de sua mecânica. A ciência - herdeira das pretensões de Bacon - transforma-se não em um meio emancipatório do homem, mas em seu próprio recurso escravizador.

Fazer ciência para a Teoria Crítica é dialogar e se engajar com a realidade, descortinando sua teia de dominação e complexidade. Fora desse marco, segundo a Teoria Crítica, não haveria ciência, mas sim construção ideológica, mesmo nos mais legítimos esforços de construção da isenção científica total. Não haveria ciência pura, mas sim aquela que compreende a dialética do mundo da vida e descortina esse mundo para transformá-lo. Conhecer, nesse sentido, é também transformar o mundo, e transformá-lo é conhecê-lo.

Essa vinculação com a necessidade de transformação da realidade pode levar, como muito se observa na produção científica em Administração, a uma profusão de estudos hiperengajados, que denunciam a dominação no ambiente organizacional, mas não percebem a própria dominação como um traço da própria construção humana. Assim, multiplica-se uma produção científica de baixa qualidade, muitas vezes baseada em centenas de artigos do tipo estudo de caso ilustrativo, sem que se avance para além das construções teóricas dadas.

Esse processo da construção do conhecimento nas academias desse início de século XXI, deve-se ressaltar, não se restringe ao campo da Administração, mas está presente em várias áreas de conhecimento. Novamente a Teoria Crítica se mostra relevante à compreensão desse fenômeno, ou seja, a inserção da ciência no "mundo administrado", no qual a profissão de cientista se opera dentro de organizações que monopolizam e legitimam ou não determinados saberes.

Para a Teoria Crítica, a ciência moderna, na medida em que aspira a ser mediadora da relação do homem com a natureza, acaba construindo obstáculos à objetivação humana, e também à própria subjetividade. Universo subjetivo e objetivo não seriam, ao contrário do ideário cientificista, esferas dicotômicas da realidade humana. Maior subjetividade levaria, quando operando no sentido de descortinar as relações de dominação da sociedade, à maior objetivação do mundo, que por sua vez, levaria às novas condições de subjetividade.

Um conceito chave nesse sentido é o de processo emancipatório. Se o presente traz novas contradições e constrangimentos à igualdade e liberdade entre homens e mulheres, elites e massas, detentores do poder e desempoderados, essa própria realidade carrega em si o potencial emancipatório.

Perder-se na pós-modernidade significa negar o estatuto de emancipação na história, narrando a fluidez da identidade no mundo moderno, sem perceber nela qualquer potencial de superação de si mesma. Essa fluidez, ao contrário de status do homem, transforma-se em narrativa de sua própria dominação pelo sistema capitalista. Para a Teoria Crítica, no rol das oposições ao pensamento pós-moderno, evidencia-se a própria falta de sentido das construções teóricas da pós-modernidade, que se tornariam narrativas ensimesmadas quanto aos constrangimentos à identidade no mundo contemporâneo, reproduzindo, em essência, mais perplexidade do que condição de emancipação, na medida em que desfocalizam a atenção do eixo central das estruturas sociais: a dominação do capital em suas diferentes formas (social, cultural, econômica).

Esse domínio implica em emancipação do homem, utopia que a ciência moderna não conseguiu alcançar e da qual, ainda assim, a Teoria Crítica não abdica. Por detrás está a própria noção da relação entre teorização e *práxis*, que a perspectiva crítica entende como fundamentalmente constitutiva uma da outra. Como destaca Marcos Nobre (2004, p.31), "essa perspectiva de emancipação não é um ideal, meramente imaginado pelo teórico, mas

uma possibilidade real, inscrita na própria lógica social do capitalismo. (...) não é obra da teoria que a descortina, mas da prática transformadora que a torna real. Assim, a Teoria Crítica só se confirma na prática transformadora das relações sociais vigentes."

Um dos embates que se apresenta para a emancipação se dá na própria constituição do sujeito diante dos sistemas produtivos (e de trabalho) que estruturam a dinâmica da vida em sociedade. A produção em massa, resultado da introdução de técnicas racionais (Administração Científica) para o aumento da produtividade do trabalho, conduziu à redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. Ao mesmo tempo, o acesso massificado aos bens de consumo por parte dos trabalhadores (garantida pela produção em massa e por mecanismos de bem-estar social que "liberaram renda" dos trabalhadores) possibilitou a redução na quantidade de valores de uso por eles consumidos. Isto resultou num processo generalizado de extração de mais-valia relativa, o que garantiu um grande dinamismo ao capitalismo (TRAGTENBERG, 1985, p. 216).

Para que a produção em massa continuasse ininterruptamente, uma nova forma de controle social se tornou uma necessidade: a força de trabalho foi disciplinada de acordo com o ideal de produtividade e as suas necessidades deveriam ser subordinadas ao consumo de massa. "Quanto mais complicada e refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz" (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 47). Portanto, as condições concretas de produção forçaram um conformismo dos dominados. "Os escravos da civilização industrial desenvolvida são escravos sublimados [...] Esta é a forma pura de servidão: existir como instrumento, como uma coisa" (MARCUSE, 1973, p. 49).

Ocorre, porém, que este processo também afetou os capitalistas. Se a lógica de produção em massa gerou uma tecnologia capaz de despersonalizar o indivíduo na massa, tornando-o substituível, a introdução das sofisticadas técnicas científicas de gestão também possibilitou o afastamento dos capitalistas do controle dos meios de produção. "Assim como a substituibilidade é a medida da dominação, e o mais poderoso é aquele que pode se fazer substituir na maioria das funções, assim também a substituibilidade é o veículo do progresso e, ao mesmo tempo, da regressão". (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 46). A alienação do trabalho atingiu tanto os empregados quanto seus patrões. A racionalização da produção trouxe, portanto, outro aspecto ideológico: a redução da sociedade ao controle técnico por parte de um grupo social dominante (MARCUSE, 1973; ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

Se o novo mundo do trabalho tecnológico da sociedade industrial conseguiu impor um enfraquecimento da posição antitética (em termos dialéticos) da classe trabalhadora, que não se tornou a "contradição viva" da sociedade estabelecida (como entendiam os marxistas), este enfraquecimento foi reforçado pela ascensão da gerência. "A dominação se transfigura em administração [...] a fonte tangível de exploração desaparece por trás da fachada de racionalidade objetiva" (MARCUSE, 1973, p. 49).

O diagnóstico da ideologia vigente na sociedade industrial levou à preocupação com a estrutura de caráter dos que a aceitam. A ideologia da sociedade industrial requereu um conformismo e uma negação dos interesses racionais da totalidade social. Por isto, o contexto geral de regressão encontrado na sociedade refletiu-se em uma regressão do caráter do indivíduo (HORKHEIMER e ADORNO, 1985).

Na consolidação do capitalismo industrial, a razão técnica deu fundamento para a emergência de ideologias que ensejaram a afirmação dos administradores como classe

social, assumindo um pólo dominante. Tragtenberg (1985) demonstrou, por meio de uma análise histórica dos modos de produção, que a organização burocrática passou de um instrumento de mediação a uma forma de dominação, a serviço das forças sociais hegemônicas no capitalismo, cuja expressão ideológica é a própria Teoria Geral da Administração. Esta também é a visão de Alvesson (1987), para quem a ideologia tecnocrática procura demonstrar que a administração das empresas é uma função neutra, baseada em uma cientificidade moderna, e seus gestores são tidos como especialistas técnicos e têm, de acordo com suas demandas profissionais, influência e responsabilidades limitadas.

Na mesma linha, Alvesson (1987) mostrou que os administradores se armam de uma ideologia gerencialista, que se junta a uma ideologia elitista, que enfatiza função administrativa não apenas como diferenciada, mas também como a mais importante para a organização. Não por outro motivo, os administradores são identificados como seres de qualidades e qualificações raras, portanto, legítimos detentores de seus poderes, status e privilégios.

Outra faceta da ideologia dos administradores é a naturalização de sua condição de dominação, por meio da naturalização da divisão social do trabalho. Esta naturalização promove tanto a negação dos conflitos quanto a idéia de que os conflitos são uma patogenia e, portanto, devem ser preventivamente evitados (ALVESSON, 1987). Dessa maneira, os diversos teóricos da administração procuram, por meio de técnicas de gestão, criar condições para que os administradores se antecipem aos conflitos, limitando-os, no máximo, a uma existência latente (TRAGTENBERG, 1985).

Em Direção ao Terceiro Setor: a Trilha da Racionalidade

A discussão acerca da racionalidade nas organizações, perspectiva analítica que recorre à tradição crítica, bem como a autores centrais nos estudos organizacionais apresentasse como o primeiro passo em direção a uma compreensão mais consistente sobre os desafios teórico-metodológicos em torno da produção do campo de conhecimento da Administração sobre Terceiro Setor.

A produção acadêmica sobre Terceiro Setor no Brasil apresenta uma grande tendência a considerar o Terceiro Setor como um conjunto de organizações caracterizadas por terem suas ações motivadas pela racionalidade substantiva, ou até mesmo por serem organizações substantivas (TAVARES, 2000; MARÇON e ESCRIVÃO FILHO, 2001).

Não há como introduzir a questão da racionalidade nas organizações sem fazer referência a Max Weber. Para Habermas (1987), o sociólogo alemão Max Weber, embora pretendesse afastar-se das premissas da filosofia da história e dos pressupostos fundamentais do evolucionismo – apesar disso –, *ainda* descreveu a modernização da sociedade ocidental como "resultado de um processo universal". Para Habermas (1987), a novidade que Weber trouxe foi – esse sim – o projeto de descrever e explicar as transformações da sociedade moderna mediante o critério da "racionalidade".

Em Weber, como na maioria dos críticos da modernidade do século XX, Berman (1986) afirma que desaparece a fé e empatia no homem moderno. A sociedade moderna tornasse uma "jaula de ferro", que cerca "seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal" (p.27) O principal problema advindo dessa postura teórico-conceitual, segundo Berman (1986), seria o fato dos críticos da "jaula de ferro" adotarem a perspectiva do carcereiro.

Segundo Kramer (2000), dois pontos fundamentais devem ser considerados ao se estudar a concepção de racionalidade em Weber. O primeiro deles diz respeito à polissemia de conceitos como "racionalização", "racionalismo" e "racionalidade" na obra de Weber. O segundo relaciona-se à importância crucial que a sabedoria convencional predominante na weberiologia contemporânea atribui à ascensão do moderno racionalismo ocidental no conjunto da obra de Weber. Kalberg (1980) chama a atenção para o fato dos conceitos de racionalidade e racionalização não serem empregados por Weber de maneira global, quando se referia a um "esclarecimento" geral das civilizações. Pelo contrário, a concepção weberiana pressupõe vários processos de racionalização qualitativamente diferentes, operando à sua maneira em diferentes níveis sócio-culturais.

Esse critério, Weber o recorta no *processo geral de desencantamento* que ocorre na história das grandes religiões e que satisfaz as condições internas necessárias para que surgisse o racionalismo ocidental (HABERMAS, 1987). Para Weber, é preciso entender o conceito de racionalidade, sem separá-lo do contexto amplo das muitas formas de ação social (1964).

Por 'ação' deve entender-se uma conduta humana (quer ela consista em um fazer exterior ou interior, quer consista em omitir ou permitir) sempre que o sujeito – ou os sujeitos – da ação atribui a ela um sentido subjetivo. A ação social, portanto, é uma ação na qual o sentido atribuído pelo seu sujeito – ou sujeitos – se refere à conduta de outros, orientando-se por essa para o seu desenvolvimento.(WEBER, 1964, p. 5). Uma vez que possui "sentido subjetivo", a motivação da ação social depende do próprio sujeito. A ação social, para Weber, sempre poderá ser classificada em algum dos seguintes tipos, recortados a partir da racionalidade que o motive (WEBER, 1964, p. 20):

> a) racional motivada pelos fins (*racionalidade instrumental*): determinada por comportamentos esperados tanto dos objetos do mundo exterior quanto dos outros homens. Esses comportamentos esperados são "as condições" ou "os meios" com que se pode contar para atingir fins próprios racionalmente ponderados e perseguidos; nesse caso se fala em *ação social motivada pela* ***racionalidade instrumental***;
>
> b) racional motivada pelos valores ("racionalidade substantiva"): determinada pela crença consciente em valores – éticos, estéticos, religiosos ou sob qualquer outra forma que se manifestem – próprios e absolutos de uma conduta, sem relação alguma com o resultado; nesse caso, se pode falar em *ação social valorativa, motivada pela racionalidade valorativa*;
>
> c) afetiva: especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais do momento; *nesse caso se fala em ação social afetiva, motivada pela racionalidade afetiva*;
>
> d) tradicional: determinada por um costume arraigado; *nesse caso se fala em ação social tradicional, motivada pela racionalidade tradicional.*

Cada um desses tipos de ação social – ao qual corresponde um tipo de racionalidade tem suas peculiaridades. Freqüentemente confundem-se a ação afetiva e ação motivada por valores. As duas formas de ação são semelhantes porque, nos dois casos, a social ação não visa ao resultado, mas ao conteúdo da própria ação. Os dois tipos distinguem-se, contudo, porque a ação social afetiva é motivada por emoção momentânea, sem qualquer reflexão. "Atua estritamente de um modo racional ajustado pelos valores quem, sem levar em consideração as conseqüências previsíveis, trabalha em nome de suas convicções sobre o

que é o dever, a dignidade, a beleza, a sabedoria religiosa, a piedade ou a transcendência de uma 'causa'". (WEBER, 1964, p. 21).

Na ação social regida pela razão instrumental, o agente se orienta pelos fins, meios e conseqüências de sua ação social; ele pondera racionalmente os fins e as conseqüências da ação social. Nesse tipo de ação social, o agente toma decisões sobre a ação baseado no cálculo, na relação custo/benefício entre fins, meios e conseqüências da ação social que decida empreender (WEBER, 1964).

Na ação social em que a racionalidade é motivada pelos fins a que visa a ação, os agentes não agem nem exclusivamente movidos pelos afetos nem movidos exclusivamente pela tradição. Por sua parte, a decisão entre os diferentes fins e conseqüências concorrentes e em conflito pode ser racionalmente motivada por valores; nesse caso, a ação é racionalmente motivada aos fins somente nos meios. (WEBER, 1964, p. 21). Em outras palavras, pode acontecer de o agente de uma ação social motivada pelos valores considerar só os valores, até definir seus objetivos e, em seguida, passar a usar critérios da racionalidade instrumental para hierarquizar os objetivos de sua ação social; por exemplo, para verificar a *utilidade marginal* daqueles objetivos. Considerada pela racionalidade instrumental, a ação social motivada unicamente por valores é sempre uma ação *irracional* (WEBER, 1964), posto que, nesse tipo de ação social não se aferem quaisquer possíveis conseqüências ou – quando há alguma aferição –, a medição é sempre "... tanto menor quanto maior seja a atenção concedida ao *valor próprio* do ato em seu caráter absoluto. *Absoluta* racionalidade instrumental, contudo, em ação social motivada pelos fins é caso-limite".(WEBER, 1964, p. 21).

Aliás, só raramente a ação social é orientada por um único tipo de motivação (racional motivada por fins, racional motivada por valores, afetiva ou tradicional). Todas essas motivações, às quais corresponde um tipo de racionalidade, são tipos conceituais puros, construídos para orientar os métodos a serem selecionados para cada tipo de pesquisa social (WEBER, 1964). Mais freqüentemente encontram-se ações sociais motivadas por tipos híbridos de racionalidade.

Ainda assim, Weber (1964) chocava-se de ver que todas as ações sociais em sociedades capitalistas – nas quais se esperava que o mercado estabelecesse o equilíbrio – seriam motivadas sempre pela racionalidade instrumental. "... muito embora Weber se tenha recusado a basear sua análise sobre a indignação moral, como fizeram outros teóricos, de forma notável, é um erro atribuir-lhe qualquer compromisso dogmático com a racionalidade gerada pelo sistema capitalista". (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 5). Weber (1967) anteviu os perigos da racional-instrumentalização do mundo. Em sua análise sobre a ética protestante e o desenvolvimento do capitalismo, Weber argumentou que o asceticismo da ética protestante no trabalho criou as condições para que se disseminassem a racional-instrumentalização da ação social e a burocratização. Essas condições acabariam por criar uma "jaula de ferro" que tolheria a liberdade humana (WEBER, 1967, p.131), o que Weber previu que aconteceria sempre que prevalecesse a racionalidade instrumental como única ou principal motivação de todas as ações sociais. Se a democracia faz avançar por um lado a igualdade dos homens, por outro lado a autoridade do governante, cada vez mais dominada por uma racionalidade legal, depara-se com a máquina da burocracia estatal. No entanto, como destaca Giddens (1998), Weber entendia que: "A 'rotinização da política' – ou seja, a transformação das decisões políticas em decisões de rotina administrativa, pela dominação do funcionalismo burocrático - era especificamente estranha às demandas que eram mais básicas para a ação política". (pp. 50-51).

Longe de se restringir a um fenômeno interno ao Estado, a ascensão das organizações burocráticas na sociedade contemporânea atingiu a quase totalidade dos agrupamentos sociais, incluindo as organizações do Terceiro Setor. Frente à tendência de separação entre gestão da máquina burocrática e ação política, e de domínio crescente da primeira sobre a segunda, Weber (1964) enxergava como um das saídas a autoridade do líder carismático. Preconizando, demandando ou criando novas obrigações, o "'elemento carismático' adquiria uma significação vital na ordem democrática moderna; sem ele, nenhuma elaboração de políticas seria possível, e o Estado ficaria relegado a uma democracia sem liderança, ao governo de políticos profissionais sem vocação". (GIDDENS, 1998, p.51)

Em que situação, e por que, prevalece a racionalidade instrumental? Como bem observou Habermas, Weber (1994) deduziu que, uma vez que a empresa capitalista moderna funciona baseada em cálculos, é indispensável, para que funcione bem, que haja ordenamento jurídico (justiça) e que o Estado seja administrado, no mínimo, de modo previsível e calculável mediante normas gerais fixas. É o mesmo que dizer que, para que a empresa capitalista funcione bem, é indispensável que o rendimento do Estado seja tão previsível quanto é previsível o rendimento de uma máquina (HABERMAS, 1987, p. 288). Daí que, na medida em que se desenvolve o capitalismo, o mesmo processo de desenvolvimento estimula a racional-instrumentalização de todo o "entorno" em que prosperam as empresas modernas o que, por fim, pode levar a sociedade a institucionalizar a racionalidade instrumental.

No Brasil, o trabalho de crítica mais conhecido, nesse campo, é a obra de Guerreiro Ramos (1989), *A nova ciência das organizações*. Segundo o sociólogo baiano, as teorias administrativas pouco evoluíram de Taylor a Simon, no que diz respeito à questão da racionalidade, e o conceito de racionalidade continuou reduzido à categoria econômica.

> "O conceito de racionalidade, classicamente, revestira-se sempre de nuanças éticas, e chamar um homem ou uma sociedade de racional significava reconhecer sua fidelidade a um padrão objetivo de valores postos acima de quaisquer imperativos econômicos (...) a racionalidade aristotélica e a racionalidade instrumental pertencem a duas esferas qualitativas da existência humana, e a racionalidade de Aristóteles não pode ser criticada da perspectiva de Simon, a menos que o autor de *Administrative Behaviour* queira, realmente, dizer que a racionalidade instrumental é a única que se pode conceber, o que é uma posição claramente errada".(GUERREIRO RAMOS, 1989, p.123).

O que mais incomodava Guerreiro Ramos era a primazia do econômico sobre as outras dimensões da vida humana. Para superar essa 'dificuldade', e muito influenciado pela obra de Karl Polanyi, Guerreiro Ramos (1989, p.27) propôs sua teoria substantiva da vida associada, cujos elementos sistemáticos "podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva".

É, pois ao abordar a *teoria substantiva da vida associada*, que Guerreiro Ramos dá as pistas do que seria a *Organização Substantiva*. Para ele, organizações substantivas são aquelas que se constróem em um eixo que, se não separado da esfera mercantil, seja, pelo menos, não subordinado à esfera mercantil.

Nas sociedades não-mercantis as organizações constituem, de modo geral, campos de experiência de que ninguém tem formalmente consciência. Em tais sociedades, os indivíduos têm uma vida compacta, não uma vida diferenciada. Em outras palavras, existem bases substantivas e não formais, contratuais e legais. Por exemplo, numa sociedade primitiva uma família é uma organização substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1987, p. 124).

Por outro lado, diferentes das organizações substantivas, as organizações formais se fundamentam no cálculo e, dessa maneira, criam sistemas que visam diretamente a otimizar os resultados econômicos.

Vê-se que Guerreiro Ramos (1987) concebe um modelo dual de organizações: por um lado, organizações formais (burocracias) regidas pela racionalidade instrumental; por outro lado, organizações substantivas regidas pela racionalidade substantiva. Apesar da importância que é atribuída ao conceito de organização substantiva na obra de Guerreiro Ramos, pode-se afirmar que, do ponto de vista descritivo-operacional, não se consegue visualizar, em seu pensamento, a estrutura desse tipo de organização. Maurício Serva (1983) procurou, a partir de pesquisas empíricas, mostrar quais seriam as características das organizações substantivas.

Olhares Críticos Sobre o Terceiro Setor: em busca de novas sínteses

O Terceiro Setor não se constitui em um todo homogêneo. Na verdade "ONGs são muitas". Segundo CARRION (2000), é justamente na caracterização da natureza gerencial das ONGs que se encontram os principais fatores para análise da ação dessas organizações. Segundo a autora, a forma como as ONGs delimitam para si a "questão social" fundamenta-se em sua dinâmica econômico-gerencial e institucional.

Segundo Seibel e Anheier (1990), a base de sustentação das organizações sem fins lucrativos (Terceiro Setor) depende de quatro variáveis: *racionalidade instrumental, formalidade, solidariedade e tipos de troca com o mundo exterior*. Dessa maneira, as organizações do Terceiro Setor tenderiam a caracterizar-se por baixos níveis de racionalidade instrumental e formalidade; e por altos níveis de solidariedade e troca direta com o seu público. Seguindo esse raciocínio, as organizações do Terceiro Setor se definiriam por um maior grau de autonomia em relação a essas variáveis do que as agências governamentais e as empresas comerciais.

A diferença entre organizações do Terceiro Setor e os outros setores existe em termos relativos, não absolutos. As organizações do Terceiro Setor podem até ser menos racionais (do ponto de vista instrumental) e menos formalizadas; e pode acontecer, também, de enfatizarem mais aspectos de solidariedade e intercâmbio com seu público do que no caso das organizações dos outros setores. Isso não significa que elas sejam exclusivamente solidárias e abertas ao público, nem que nelas não haja espaço para a racionalidade instrumental e para a formalidade. A informalidade é ainda ressaltada como uma característica importante em algumas organizações não-lucrativas, principalmente em organizações comunitárias de base. A informalidade facilitaria a formação de redes informais que possibilitariam um acesso diferenciado a certas fontes de recursos (SEIBEL e ANHEIER, 1990).

Por outro lado, Seibel e Anheier (1990) apontam que muitas vezes a informalidade nas relações entre organizações do Terceiro Setor está sustentada em um comportamento

racionalmente instrumental, com vistas a maximizar resultados, e não sustentada apenas por valores altruístas ou solidários. “A pesquisa microeconômica sugere que a solidariedade e o altruísmo podem ser interpretados como elementos de maximização da utilidade individual” (SEIBEL e ANHEIER, 1990, p. 13). Esse pode ser o caso, por exemplo, da atividade filantrópica de certos indivíduos e empresas. “O altruísmo sobrevive como uma forte motivação filantrópica, mas está misturado a outros ganhos”.(VAN TIL, 1990, p. 29).

Por outro, alguns autores nacionais acreditam no caráter substantivo da racionalidade nas organizações do Terceiro Setor como um imperativo. Por exemplo, Marçon e Escrivão Filho (2001, p.8) afirmam que “... nas organizações do Terceiro Setor a racionalidade substantiva parece predominar, limitando a configuração burocrática [...], própria da abordagem dada pela administração empresarial”. Outra a citar essa característica é Tavares (2000, p.6), para quem as organizações do Terceiro Setor (mais especificamente aquelas chamadas de benefício público) “... não estão organizadas em função de uma lógica econômica, de lucro e poder, e sim em função de uma lógica substantiva onde também existe poder...”.

Ainda reforça a prevalência da racionalidade substantiva nas organizações do Terceiro Setor nos vínculos das pessoas às organizações não-lucrativas. “A lógica de vinculação das pessoas que trabalham nessas entidades não é, necessariamente, racional – do ponto de vista de racionalidade econômica. E nada explicaria o trabalho voluntário, dentro dessa lógica” (TAVARES, 2000, p. 7-8).

No caso da pesquisa brasileira da área de administração sobre o Terceiro Setor, o predomínio dessa abordagem substantiva se explica pela grande difusão das idéias de Guerreiro Ramos (1989), Serva (1993) e Tenório (1999) no campo. Também a literatura internacional sobre organizações sem fins lucrativos ressalta que essas organizações muitas vezes são baseadas em uma racionalidade substantiva e não em uma racionalidade instrumental (DIMAGGIO e ANHEIER, 1990). É fato que, muito provavelmente, haja um grande número de organizações do Terceiro Setor cujas ações são motivadas pela racionalidade substantiva.

Percebe-se na produção acadêmica brasileira, através de autores como Fernando Tenório (1999) e Maurício Serva (1993), uma preocupação sobre esse “transbordamento” da lógica do mercado para esferas da vida em sociedade, que antes estavam distantes dessa realidade, como o Terceiro Setor. Essa literatura sobre Terceiro Setor, valendo-se da radição habermasiana de discussão da racionalidade, tem procurado demarcar o que se denomina de Gestão Social. Essa gestão se diferenciaria, em diferentes dimensões, do *modus operandi* da gestão empresarial privada e suas ideologias subjacentes.

No entanto, ainda é comum encontrar um grande volume de artigos discutindo racionalidade em organizações do Terceiro Setor a partir de uma visão dicotômica e idílica da racionalização, distanciando-se com isso da própria concepção habermasiana de racionalidade instrumental (ou estratégia) e comunicativa (HABERMAS, 1987).

Parte da literatura parece conceber as organizações do Terceiro Setor como reino da solidariedade e das relações fraternais entre os homens, denunciando as investidas do pensamento gerencialista no setor como uma “conspiração instrumental”. Outra parte, naturaliza o fenômeno gerencial e/ou organizacional, entendendo a transformação das organizações como um processo evolutivo ahistórico ou atemporal, no qual formas mais arcaicas de organicidade, como as ONGs menos estruturadas supostamente seriam, dariam lugar a organizações dotadas de aparatos e procedimentos de gestão hiper-estruturados. Na verdade, ambas as teorizações são passíveis de duras críticas pela Escola de Frankfurt,

sobretudo tomando-se por base as idéias de Habermas, um dos autores que mais se dedica ao estudo da racionalidade. Racionalidade instrumental e comunicativa seriam dois lados de uma mesma moeda, e não esferas excludentes e sem interpenetrações.

Sendo assim, muitos dos estudos sobre racionalidade nas organizações do Terceiro Setor não penetram na complexidade da questão. Muitos deles, produzidos a partir de estudos de organizações do Terceiro Setor, reproduzem a cruzada entre o "bem e o mal" no ambiente administrado, opondo racionalidade instrumental à racionalidade substantiva. Uma compreensão mais precisa e menos linear do discurso da Teoria Crítica permitiria aos autores desses artigos compreender que racionalidade instrumental e substantiva interagem em processos dialéticos, reforçando-se e mitigando-se simultaneamente na construção da subjetividade humana.

Muitas vezes organizações do Terceiro Setor não são substantivas e agem por motivações dessa natureza. O modelo de Billis (1993) mostra que o Terceiro Setor é um espaço onde existem várias motivações para a ação, inclusive a chamada racionalidade instrumental. Afinal, o Terceiro Setor compreende tanto grupos desorganizados (ou melhor, agrupamentos) quanto grandes burocracias, tais como as grandes fundações internacionais.

A simples existência de profissionais remunerados para executar certas funções e hierarquias já pressupõe a existência de uma lógica instrumental na organização (cálculos de eficácia e eficiência, controles sobre desempenho). Além disso, embora todas as organizações desempenhem papéis políticos na sociedade (não há organização apolítica), muitos organizações sem fins lucrativos estão no jogo político que envolve as dimensões do cálculo, o que implica necessariamente também em uma motivação instrumental.

Mesmo o trabalho voluntário, que é apontado como motivado por afetividade ou racionalidade substantiva, pode ser instrumentalmente motivado. Isto ocorre quando você encontra voluntários que procuram organizações para desenvolver certos ofícios, como no caso de alunos em um curso superior que procuram organizações não-lucrativas para cumprir seu estágio obrigatório. Mesmo que o estagiário procure uma organização à qual possui afinidades ideológicas, a motivação da procura se subordina à racionalidade instrumental.

Para Além das Boas Intenções: voluntariado e emancipação

No cenário brasileiro, as atividades voluntárias, historicamente associadas a posturas assistencialistas e filantrópicas de auxílio aos desfavorecidos, deparam-se com outros fenômenos típicos da trajetória política do país, como clientelismo, paternalismo, personalismo e patrimonialismo. Esses "modos de navegação social" brasileiros trazem decisivos constrangimentos ao impacto do trabalho voluntário, muitas das vezes encobrindo-se sob o manto da solidariedade e da vontade de ajudar, adquirindo novas roupagens mais perversas do que as iniciais.

Alguns mitos se propagam em torno das ONGs (LANDIM, 2002; OLIVEIRA, 2002). O mais consolidado deles talvez seja o de que estas organizações estão ligadas naturalmente à participação popular, o que não ocorre efetivamente. Em muitas destas organizações, manifesta-se o dilema micheliano da Lei de Ferro das Oligarquias. Além do deslocamento de objetivos, o centralismo e o autoritarismo nas ONGs podem se manifestar por meio da metodologia de intervenção nos problemas sociais. Em nome da autonomia da organização e da preservação de abordagens historicamente desenvolvidas de intervenção

social, criam-se barreiras à mudança organizacional e à participação de novos membros, sobretudo voluntários.

Todo o entusiasmo inicial com o Voluntariado também encontra ecos no Capital Social e no seu discurso estruturante. Tanto nos países centrais quanto nos periféricos, Capital Social pode representar tanto a possibilidade de "empoderar" e emancipar comunidades, quanto de conferir "aos ricos as políticas, aos pobres o mutirão" (BOSCHI, 1999).

As interfaces da Economia Popular Solidária com as cadeias produtivas do capitalismo dinâmico mostram que "gatocooperativas", pseudoparticipação e endogenia étnico-cultural não são desvios transitórios do caminho em direção a sociedades intensivas em Capital Social. Além disso, o desvirtuamento do conceito inaugural de "Empreendedor", cunhado por SCHUMPETER (1934), tem seus rebatimentos perversos multiplicados quando se focaliza a intervenção social, no chamado "Empreendedorismo Social". Renascendo as perspectivas de "inteligentzia" e "elite" diante das massas desorganizadas, o protagonismo de lideranças voluntárias em instituições sócio-comunitárias coloca novamente o *"dedo na ferida"* dos dilemas entre emancipação comunitária e centralismo tecno-gerencial.

Nos tempos atuais, voluntariado parece estar assumindo o espaço que antigas utopias sobre os homens ocupavam. A reverberação do "bom samaritanismo" que algumas personalidades do mundo artístico e empresarial adquirem junto aos meios de comunicação de massa, quando no exercício da filantropia social, remete a um verdadeiro status de heróis salvadores dos pobres.

Nesse ponto, uma agenda ancorada na Teoria Crítica e/ou dentro do marco dos Estudos Críticos em Organizações precisa primeiro desnaturalizar o fenômeno do voluntariado e da solidariedade: não se trata de algo inerente à condição humana, mas sim de uma iniciativa contraditória e complexa entre os estímulos a trair e cooperar, ser auto-interessado e solidário. A tradição crítica, por receber influência também dos escritos de Freud, permite um olhar mais complexo sobre as luzes e sombras em torno dos estímulos e instintos humanos. Assim, a construção social humana é artificial, porque foge aos constrangimentos do mundo natural sobre os indivíduos, mas não deixa de lado esse embate entre o homem natural e o homem social. É a partir da contradição e da exposição dialética dessas contradições do imaginário social que a vida em sociedade caminha.

Mas as percepções que vigoram em grande parte da literatura de gestão de voluntários e também no discurso da mídia e dos ativistas do Terceiro Setor remetem ao ato voluntário outro status. Ainda que correndo riscos ao utilizar um autor que não se encaixa na tradição do pensamento crítico, é importante recorrer a Guerreiro Ramos (1989), a fim de explicitar essa contradição da visão idílica sobre voluntariado.

O agir voluntário não seria um ato puro e simples do mais elevado exemplo de altruísmo. Para o autor, a ética tem como fundamento a liberdade do homem e estrutura o que ele chama de "ação". Opondo-se frontalmente à síndrome comportamentalista, Guerreiro Ramos (1989) afirma que os homens não se comportam, mas agem. Os pressupostos de que o homem se "comporta" obstruem qualquer entendimento do homem como um ser que pode ser parentético aspirar à ética, pois todo o valor moral da escolha do bem seria abstraído da condição humana (GUERREIRO RAMOS, 1984). Um dos paradoxos do voluntariado, tanto em termos da produção acadêmica, quanto da *práxis*, é que abordagens eminentemente comportamentalistas e gerencialistas sobre o tema se

multiplicam, sobretudo as voltadas à gestão de pessoas voluntárias, como se fosse possível gerenciar, ou melhor, manipular com precisão a ética.

O mesmo se processa com parte da literatura e do discurso oficial produzida por determinados organismos internacionais, como o Banco Mundial, que transformam o Capital Social, outro conceito opaco, mas muito utilizado no Terceiro Setor, em ferramenta nas mãos de gestores que, sob a luz dos Estudos Críticos Organizacionais, teriam o status do que Ziemer chama de "super-heróis organizacionais". Uma pergunta se coloca novamente dentro da tradição crítica: é possível gerenciar a solidariedade humana?

Cabe destacar que a participação não se concretiza sem uma articulação com a máquina burocrática pública. Nesse sentido, a participação popular é também um processo ou fenômeno organizacional, que se submete aos condicionamentos e impasses do "mundo administrado". Cabe questionar como é exercido o poder "para fora" e "para dentro" de sua estrutura organizacional, ou melhor, como se constrói a participação de voluntários nos mecanismos internos das organizações do Terceiro Setor e seus desdobramentos sobre sua ação externa (TEODÓSIO, 2000). Voluntariado pode ser entendido como uma das formas de participação tanto na dinâmica interna quanto externa dessas organizações.

Ao contrário do que o imaginário social parece perceber sobre o voluntariado em organizações do Terceiro Setor, a construção de processos participativos no interior dessas organizações encontra obstáculos relevantes, considerados por alguns autores como intransponíveis. Perspectivas de associativismo igualitário, ou seja, efetivamente participativo, sobrevivem em propostas como as da chamada "*Economia Popular Solidária*", preconizadas por autores como CORRAGIO (1993) e GAIGER (1998). No entanto, os próprios defensores desse tipo de organização e distribuição de bens e poder reconhecem seus dilemas e obstáculos na construção do efetivo comunitarismo, sobretudo quando esses empreendimentos deparam-se com os impositivos de eficiência típicos da esfera gerencial (SINGER, 2000 e HOLZMANN, 2000).

Pressionadas por um crescente discurso "gerencialista", que tem como mote a eficiência administrativa de suas operações, as organizações do Terceiro Setor se vêem diante da necessidade de aumentar sua base de voluntários, bem como captar recursos em fontes externas, quer sejam provenientes de empresas privadas ou governamentais. (TEODÓSIO, 1999)

Nesse cenário, o desprezo por estratégias da chamada participação restrita ou instrumental, ou seja, o desatrelamento quanto à conquista de ganhos visíveis em termos de bens de primeiro nível (concretos e no curto-prazo), poderia levar a ONG a ser associada à uma imagem de ineficiência gerencial e política, debilitando seu acesso a novos voluntários e recursos. Por outro lado, o desprendimento total quanto à consecução de suas metas e valores mais amplos poderia levar a uma descaracterização do movimento social, ficando mais susceptível às "tentações" do insulamento burocrático.

Um fator de mobilização dos voluntários é o sucesso aparente dos projetos em que estão atuando ou pretendem atuar. Intervenções nos problemas sociais que não se mostram bem sucedidas ou em fase embrionária tendem a atrair um volume menor de interessados em doar tempo, dinheiro e/ou conhecimento à causa (CORRULÓN, 2002). Neste momento manifesta-se o dilema das organizações não-governamentais entre a participação ampliada e a restrita. Na segunda forma de ação, os objetivos de curto prazo ganham centralidade em relação à difusão de valores e metas mais ampliados, visto que são justamente os recursos tangíveis, obtidos no curto-prazo, os que mais facilmente permitem visualizar o sucesso da intervenção social.

Mas, se os impasses organizacionais colocados à participação de voluntários parecem instransponíveis, Pateman (1992) argumenta que, apesar de no âmbito das organizações não existir espaço para a democracia em si, níveis diferenciados de participação podem se manifestar. Mas, como demonstra a autora, corre-se o risco de discursos aparentemente participativos remeterem a práticas de "pseudoparticipação". Por outro lado, mesmo processos manipulados de participação teriam papel relevante, segundo Pateman (1992), na medida em que difundiriam gradativamente entre os indivíduos a idéia de que podem participar, consolidando "sujeitos" cada vez mais exigentes quanto ao processo participativo.

Para Habermas, a participação se funda na racionalidade comunicativa, no entanto, tanto a racionalidade instrumental quanto a comunicativa são necessárias à reprodução da vida em sociedade e, portanto, complementares. Nesse sentido, pensar nas organizações como "aventuras coletivas", como diz Aktouf, não implica em abdicar da racionalidade instrumental, mas sim entender como a dimensão instrumental se articula com a comunicativa ou substantiva. Implica em entender que a sociedade sempre se estruturou a partir de formas de dominação e que, como propõe a Teoria Crítica, a história humana é a história da luta emancipatória dos indivíduos.

Considerações Finais

O Terceiro Setor incorpora dialeticamente tanto possibilidades de novas sociabilidades, quanto de novos mecanismos de dominação. As mesmas organizações nãogovernamentais que se propõem a defender interesses das comunidades, são aquelas que hierarquizam e organizam a "massa", filtrando a vontade popular através das lentes de um aparato organizacional, como destacaria Robert Michels. Por isso, um conceito-chave na proposta analítica do texto é o de processo emancipatório. Se o presente traz novas contradições e constrangimentos à igualdade e à liberdade entre homens e mulheres, elites e massas, detentores do poder e desempoderados, essa própria realidade carrega em si o potencial emancipatório.

Vários aforismos e mitos sobre o Terceiro Setor são construídos e disseminados a partir da produção científica em Administração. Homogeneização de uma esfera heterogênea como o espaço não-governamental, uma visão idílica sobre racionalidade substantiva e, até mesmo a proposta de "fuga" dos referenciais analíticos do campo da Administração são exemplos disso.

Contraditoriamente, vários recortes conceituais que demonstram a heterogeneidade do Terceiro Setor, acabam por reproduzir análises que recorrem a categorias homogêneas de compreensão das organizações e iniciativas não-governamentais. Isso não se deve apenas ao fato de grande parte da produção e das fontes utilizadas serem de caráter eminentemente normativo/prescritivo, mas também porque, longe de ser mais do que uma simples confusão taxionômica, a constituição de um discurso homogeneizado sobre Terceiro Setor em vários textos no campo da Administração opera não por um processo dialógico, mas sim monólogico.

A predominância da racionalidade substantiva em organizações do Terceiro Setor aparece como outro verdadeiro mito. Embora existam de fato configurações mais substantivas, não se pode partir, de antemão desse pressuposto justamente por se tratar de um campo extremamente heterogêneo. Afinal, o Terceiro Setor compreende tanto grupos desorganizados (ou melhor, agrupamentos) quanto grandes burocracias, tais como as

grandes fundações internacionais ou organizações híbridas. Uma percepção dicotômica sobre racionalidade e racionalização, quando não associa um caráter substantivo a organizações que se assemelham a burocracias, parece querer negar, num processo esquizofrênico, o próprio status de organização às ONGs, negando o próprio objeto de estudo do campo em que se inserem os estudos: a administração. A constatação de Tânia Fischer de que as ONGs são "organizações que não querem ser organizações" parece encontrar ressonância entre os próprios estudiosos desse fenômeno na Administração. Com isso, distancia-se da própria tradição crítica sobre racionalidade. Habermas entende a racionalidade como a forma pela qual adquirimos e usamos o conhecimento. Para o autor, a racionalidade se classifica em dois tipos: instrumental (ou estratégica), quando empregamos o conhecimento monológica e estrategicamente; ou comunicativo, pelo qual fazemos uso do conhecimento de maneira dialógica, visando o entendimento.

Outro aspecto relevante na literatura produzida em Administração sobre Terceiro Setor é a tentativa de fuga para fora desse campo de conhecimento. Se as referências às fontes bibliográficas extremamente normativas e gerencialistas levam a base conceituais inconsistentes, a busca de modelos explicativos extracampo encobre novamente a dificuldade de problematização dos fenômenos do Terceiro Setor. Uma leitura dentro da tradição da Teoria Crítica pode fazer avançar a compreensão da dialética do espaço não-governamental, a partir do próprio campo dos estudos organizacionais.

Cabe notar que não se trata de criticar para "destruir" o discurso que pretende ser politicamente correto ou os movimentos sociais que se voltam à inclusão social, mas criticar dentro da própria tradição da Teoria Crítica a construção do conhecimento que se materializa sobre Terceiro Setor; criticar para "desconstruir" discursos e idéias, de forma a se superar esses próprios discursos. Uma compreensão dialética do Terceiro Setor e de seus apelos pela inclusão pode permitir se entender em profundidade a noção de que a própria idéia de inclusão precisa ser superada, para que surja(m) uma(s) nova(s) síntese(s).

Referências Bibliográficas:

AKTOUF, O . *A administração entre a tradição e a renovação*. São Paulo: Atlas, 1996.

ALVESSON, M. ;WILLMOTT, H. 1996. *Making Sense of Management*. London: Sage.

ALVESSON, M. *Organizational Theory and Technocratic Consciousness*. Berlin: Walter de Gruyter, 1987.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. 2000. *Doing Critical Management Research.* London: Sage.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. 1992. On the idea of emancipation in management and organization studies, ***Academy of Management Review***, 17: 432-465.

BARNARD, Chester. *As funções do executivo.* São Paulo: Atlas. 1971.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILLIS, David. *Organising Public and voluntary agencies*. London: Routledge, 1993.

BOSCHI, R. R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. In: *DADOS* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 42, no.4, pp. 655-690, p.683, 1999.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. In: *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000.

CORAGGIO, J. L. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*: o futuro das cidades brasileiras na crise. Itamontes, out., 1993.
CORULLÓN, M. B. G. *Voluntariado na empresa:* gestão eficiente da participação cidadã. São Paulo: Peirópolis, 2002.
DIMAGGIO, Paul e ANHEIER, Helmut. The Sociology of nonprofit organizations and sectors. *Annual Review of Sociology*. 16, 1990, pp. 137-59.
DOMINGUES, J. M. A cidade: racionalidade e liberdade em Max Weber. In: SOUZA, J. (org.) *A atualidade de Max Weber.* Brasília: UnB, pp. 209-233, 2000.
EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the thir sector as an intermediate área. *Voluntas* V.6 N.2, 1995, pp. 159-82.
GAIGER, L. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. In: *Contexto e Educação*, n. 50, p.47-71, 1998.
GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de homem e teoria administrativa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.
GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A Nova Ciência das Organizações.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.
HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como Ideologia***.** Lisboa: Edições 70, 1997.
HABERMAS, Jürgen. Teoria de la Acción Comunicativa - Vol 1. Madri: Taurus. 1987.
HELD, David. *Introduction to Critical Theory:* Horkheimer to Habermas**.** Berkeley: University of California Press, 1980.
HOLZMANN, L. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R. (orgs.) *A economia solidária no Brasil:* a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, pp. 49-62, 2000.
HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In. *Max Horkheimer e Theodor Adorno. Coleção Grandes Cientistas Sociais,* São Paulo: Editora Ática, 1986.
HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento.* SP: Paz e Terra, 1985.
HORKHEIMMER, M. *Critique of Instrumental Reason*. New York, Continuum Book, 1994.
IIZUKA, Edson Sadao; SANO, Hironobu. O Terceiro Setor e a Produção Acadêmica: Uma Visita aos Anais dos ENANPAD´s de1990 a 2003. In: Anais do 28o Enanpad. Curitiba: ANPAD. 2004. CD-ROM.
KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analyses of rationalization processes in the history. *American Journal of Sociology*, LXXXV, (5), march 1980, pp. 1145-79 (tradução para o português de Renan Springer de Freitas).
KRAMER, P. Alexis de Tocqueville e Max Weber: respostas políticas ao individualismo e ao desencatamento na sociedade moderna. In: SOUZA, J. (org.) *A atualidade de MaxWeber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 163-196.
LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: In: HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades:* desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Peirópolis, pp. 17-50, 2002.
MARÇON, Denise e ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Gestão das Organizações do Terceiro Setor: um repensar sobre as teorias organizacionais. In: *Anais do 25o Enanpad.* Campinas: ANPAD. 2001. CD-ROM.
MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial***.** Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã.* São Paulo : Martins Fontes , 1998
MICHELS, R. *Los partidos políticos.* Buenos Ayres: Amarrotu, 1969.
MOUZELLIS, N. P. *Organization and Bureaucracy*. New York – Chicago: Aldine-Atherton, 1972.
NOBRE, M. *A Teoria Crítica.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs de democratização? In: HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades:* desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Peirópolis, pp. 51-62., 2002
PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
SCHUMPETER, J. *The theory of economic development***.** Cambridge: Harvard University Press, 1934.
SEIBEL, Wolfgang e ANHEIER, Helmut (orgs). *The Third Sector:* comparative Studies of Nonprofit Organizations. Berlin: Walter De Gruyter. 1990.
SERVA, M. A racionalidade administrativa demonstrada na prática administrativa. In: *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo: v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.
SERVA, Maurício. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*. V. 33 N. 2, 1993, pp. 36-43.
SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R. (orgs.) *A economia solidária no Brasil:* a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, pp. 11-28, 2000.
TAVARES, Patrícia da Cunha. Terceiro setor: estrutura organizacional: classificações (in)adequadas?. In: *Anais do ENEO 2000*. 1o Encontro de Estudos Organizacionais. Curitiba: GEO/ANPAD, 2000, 15 pp. CD-ROM.
TEIXEIRA, L. A. *Representações ambivalentes da cidade moderna:* a Belo Horizonte dos modernistas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996 (tese de doutoramento em Ciências Humanas: Sociologia), snt.
TENÓRIO, F. G. (1999) Um espectro ronda o Terceiro Setor: o espectro do mercado. In: *II Encontro da Rede Latino-Americana e do Caribe da Sociedade Internacional de Pesquisa do Terceiro Setor.* Santiago, Chile: Internacional de Pesquisa do Terceiro Setor, pp. 1-21.
TEODÓSIO, A. S. S. Marketing Social: pensando o Terceiro Setor como negócio, gerenciando como empreendimento social. In: *Anais do XIX Encontro Nacional das APAEs*. Belo Horizonte: FENAPAE, 26-29 de julho, 1999.
TEODÓSIO, A. S. S. Managerial strategies of Brazilian nonprofit organizations: challenges and perspectives. In: *ARNOVA's 29th Annual Conference*. New Orleans – USA: Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action (ARNOVA), 16-18 de novembro, pp. D08.2, 2000.
TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1985.
VAN TIL, Jon. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon e outros. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990, pp. 19-38.
WEBER, M. *Ensaios de sociologia.* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.
WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Pioneira. 1967.
WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Mexicano. 1964.
ZIEMER, R. *Mitos organizacionais* – o poder invisível na vida das empresas. São Paulo: Atlas, 1996.